



BANCO CENTRAL

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Síntese do Estudo sobre

A Graduação de STP da categoria de PMA: Desafios, oportunidades e o papel do Banco Central nesse processo.



Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Fevereiro de 2023

RESUMO

O índice de Desenvolvimento Humano (IDE) e o Rendimento *per capita* sustentaram, em março de 2015, a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas para a graduação de São Tomé e Príncipe (STP) da categoria dos Países Menos Avançados (PMA) para o patamar de País de Rendimento Médio (PRM), prevista para dezembro de 2024 tendo em conta que o país satisfaz no aludido período, dois dos três critérios de graduação, deixando de fora o índice de vulnerabilidade económica (IVE).

Perante uma conjuntura internacional acentuadamente marcada pelos efeitos negativos da Pandemia da Covid - 19, da guerra Rússia/Ucrânia, associada à uma conjuntura nacional marcada por diversas catástrofes naturais com impactos extremamente negativos para a economia são-tomense, o problema objeto da nossa investigação prende-se com o facto de saber se” São Tomé e Príncipe estará efetivamente em condições para graduar-se da categoria de PMA para o patamar de PRM em dezembro de 2024?

Na busca de uma resposta adequada à questão de investigação acima colocada, este estudo visa essencialmente analisar os desafios e as oportunidades que se colocam à STP para a sua graduação da categoria dos PMA, bem como o papel que o Banco Central de STP deve desempenhar no âmbito deste processo e aferir se haverá ou não a necessidade de se prolongar o período de transição para além dos seis anos já concedidos pela ONU, atendendo a atual conjuntura tanto nacional quanto, internacional.

Após uma aturada análise baseada nos objetivos previamente definidos, concluímos que perante um contexto tão sombrio plasmado no Programa do XVIIIº Governo Constitucional e considerando que escassos meses nos separam do ano de 2024 para a efetivação da graduação de STP ao PRM com todas as consequências que poderão advir desta decisão, concluímos ser mais prudente, tal como nos recomenda a maioria dos entrevistados, solicitar à Assembleia Geral das Nações Unidas a prorrogação do período de transição para mais três anos no mínimo, de modo a permitir que o país possa criar melhores condições com vista a sua efetiva graduação. Corroboram com esta nossa conclusão a declaração feita pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Dr. Abdulla Shahid, em 18 de agosto de 2022, aquando da sua visita à STP, onde defendia a necessidade da extensão do prazo para a graduação de STP à categoria de PRM.

Palavras-chave: PMA; Graduação; Desenvolvimento; APD; PIB per capita; IDH; IVE.

INTRODUÇÃO

“a graduação não é o fim da trajetória, mas um passo importante que assinala o momento em que o país cresceu e se desenvolveu o suficiente para sair do ciclo vicioso da pobreza e prosseguir a sua própria trajetória, sem depender das medidas de apoio especiais que a categoria de PMA lhe conferia” (UNCTAD, 2016).

Um dos grandes desafios dos próximos tempos quer para as autoridades de São Tomé e Príncipe em geral, quer para o Banco Central em particular, prende-se com o processo de graduação do país da categoria de País Menos Avançado para o patamar de País de Rendimento Médio.

Com efeito, os índices de Desenvolvimento Humano (IDE) e o rendimento *per capita* sustentaram, em março de 2015, a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas para a graduação de STP da categoria dos PMA, devendo a referida graduação efetivar-se a partir de dezembro de 2024.

As autoridades são-tomenses, conscientes de que o país tem sido refém de uma economia altamente vulnerável a choques exógenos, e muito dependente de ajudas externas (basta recordar que cerca de 97% dos recursos que alimentam o orçamento de capital do país provem da ajuda externa, quer em termos de créditos, quer em termos de donativos), solicitaram e foi concedido pela Assembleia Geral das Nações Unidas um período de transição prolongado de seis anos ao invés dos três anos padrão, de forma a proporcionar ao Governo a oportunidade de implementar todas as reformas internas necessárias e alinhar a sua estratégia de transição com o seu plano nacional de desenvolvimento. Acontece, porém, que esse período de seis anos solicitado pelas autoridades são-tomenses conhecerá o seu término em dezembro de 2024 com a efetiva graduação de STP à categoria de País de Rendimento Médio.

Tendo em conta que escassos meses nos separam do ano 2024 e perante a conjuntura internacional marcada pelos efeitos negativos da Pandemia da Covid-19, a guerra Rússia/Ucrânia associada à conjuntura nacional marcada por diversas catástrofes naturais com impactos extremamente negativos para a economia são-tomense, a matéria objeto da nossa investigação prende-se com o facto de saber se” São Tomé e Príncipe estará efetivamente em condições para graduar-se da categoria de PMA para o patamar de PRM em dezembro de 2024?

Objetivo Geral

Este estudo visa essencialmente analisar os desafios e as oportunidades que se colocam a STP para a sua graduação da categoria dos PMA, bem como o papel que o Banco Central deve desempenhar neste processo e aferir se haverá ou não necessidade de se prolongar o período de transição para além dos seis anos já concedidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo em conta a atual conjuntura quer nacional, quer internacional.

Objetivos específicos

Pretende-se como objetivos específicos:

- a) Conhecer o processo de graduação dos PMA, bem como as suas etapas e os critérios definidos para o efeito e aferir se o período de seis anos concedidos ao país será suficiente para a sua graduação.;
- b) Analisar os desafios e as oportunidades da graduação de STP da categoria dos PMA para o patamar de PRM;
- c) Avaliar o contributo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) no processo de desenvolvimento de STP e o seu impacto após a saída do país da lista dos PMA;
- d) Analisar as dificuldades e desafios enfrentados no processo de graduação de alguns países já graduados, com recurso a cinco estudos de caso nomeadamente: Botswana; Cabo Verde; Maldivas; Samoa e Guiné Equatorial;
- e) Analisar o papel que o Banco Central deve desempenhar no âmbito desse processo de graduação.

Relevância do Estudo

São atualmente cerca de 47 países (quarenta e sete países) que no mundo pertencem à categoria dos PMA, dos quais 33 são oriundos do continente africano, nomeadamente: Angola, Benim, Burquina Faso, Burundi, República Centro Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia e Zâmbia. Esses países poderão vir a passar por processos de graduação. Previa - se que pudessem vir a ser o caso de Angola em 2022, do Butão em 2023, de São Tomé e Príncipe e das Ilhas Salomão em 2024 tendo em conta que os 47 PMA correspondem

atualmente à cerca de um quarto da população mundial, cuja maioria vive no limiar da pobreza (Fortes, 2020, UNDESA, 2019).

Por isso consideramos que esse estudo se reveste de extrema importância e relevância na medida em que poderá contribuir para melhor entendermos a dinâmica do processo de graduação, os desafios e as oportunidades que se colocam aos países que futuramente irão graduar-se da categoria de PMA e que deles se possa extrair lições a partir das experiências dos países que já passaram por esse processo. Deste modo, o presente trabalho está estruturado em 8 capítulos que para além da introdução que constitui o primeiro capítulo contempla ainda o capítulo II relativo ao enquadramento teórico; o capítulo III sobre a metodologia utilizada; O capítulo IV relativo ao Processo de graduação de São Tomé e Príncipe; o capítulo V sobre o papel do Banco Central no processo de graduação de STP; o capítulo VI que aborda questões que se prendem com as experiências dos países já graduados ; o capítulo VII que analisa desafios e oportunidades para STP com base nos resultados do Inquérito realizado e finalmente o capítulo VIII que faz as constatações do estudo e propõe algumas recomendações.

CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.

CONSTATAÇÕES

Definimos como objeto desse estudo “A Graduação de São Tomé e Príncipe da categoria de PMA: Desafios, oportunidades e o papel do Banco Central nesse processo”. Propusemos como questão de investigação, analisar se “São Tomé e Príncipe estará efetivamente em condições para graduar-se, em dezembro de 2024, tal como previsto.

Para o efeito, definimos como objetivo geral analisar os desafios e as oportunidades que se colocam à STP para a sua graduação, o papel que o Banco Central deve desempenhar no âmbito deste processo e aferir se haverá ou não a necessidade de se prolongar o período de transição para além dos seis anos, já concedidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo em conta a atual conjuntura quer nacional, quer internacional, facto que nos levou a definir cinco objetivos específicos que aparecem na parte introdutória desse estudo.

Para a sua elaboração recorreremos a dois métodos de pesquisa, nomeadamente o estudo de caso e o método histórico tendo utilizado como técnicas de recolha de dados a análise documental,

inquérito por questionário, observação participante combinando para o efeito, avaliações de cunho quantitativo e qualitativo que são consideradas por muitos autores como complementares.

Após uma aturada análise baseada nos objetivos previamente definidos bem como nos resultados dos inquéritos realizados para o efeito, constatamos o seguinte:

- 1) A graduação constitui um marco importante no percurso de desenvolvimento de um PMA, representando a transição desse estatuto para a condição de país em desenvolvimento. No entanto, a UNCTAD (2016) alerta que a graduação não é o fim da trajetória, mas um passo importante que assinala o momento em que o país cresceu e se desenvolveu o suficiente para sair do ciclo vicioso da pobreza e prosseguir a sua própria trajetória, sem depender das medidas de apoio especiais que a categoria de PMA lhe conferia, ainda que possa continuar a usufruir destas durante algum tempo após a graduação;
- 2) A graduação é um processo que foi desenhado para ser iniciado exclusivamente quando o país estivesse devidamente preparado para o efeito. Por isso o processo de graduação pode causar alguma apreensão aos governos dos PMA. Para o efeito é definida uma estratégia de graduação, em conjunto com a ONU, para que a transição ocorra o mais tranquilamente possível, de modo a não ter um impacto negativo sobre a trajetória de desenvolvimento prosseguida até então pelo país;
- 3) A graduação não é sinónimo de desenvolvimento. Por esta razão, o objetivo final de um país não deve ser a graduação; é apenas uma etapa na sua trajetória de crescimento e desenvolvimento. Ela traduz o acréscimo de preparação do país e a sua superação de alguns dos seus desafios estruturais, mas não significa que os problemas que o afetavam desapareçam completamente, mesmo quando definido e seguido uma estratégia de transição rumo a graduação, que não é o caso de STP;
- 4) Os desafios enfrentados pelos PMA não desaparecem com a graduação, pelo contrário, estes evoluem ao longo do processo e, apesar de a graduação significar que o país já não está no grupo dos PMA e já não ser tão vulnerável, há muitos desafios que ainda persistem e podem afetar seriamente o país, isto é, apesar de a graduação não significar a perda total e repentina dos benefícios destinados aos PMA, essa redução pode significar a perda de espaço de diálogo destinado a endereçar estes desafios;

- 5) A economia de STP enquanto Estado insular em vias de desenvolvimento, apresenta características similares a das economias dos países menos avançados (PMA), podendo-se destacar, de entre outras, as seguintes: fraqueza estrutural; deficiente capacidade de produção; ausência de competitividade; défice estrutural crónico da balança de pagamentos; mercado interno exíguo; dependência nas flutuações de preço no mercado dos produtos de base; setor privado embrionário; imensas dificuldades de criação de emprego; deficiência na valorização dos recursos humanos; elevada dívida externa; infraestruturas degradadas ou inexistentes; falta ou quase ausência de atenção das autoridades em relação ao património histórico/cultural (as roças), sem programas sustentáveis de valorização e conservação do património natural;
- 6) Acresce-se a esta panóplia de circunstâncias, as condições externas também nada favoráveis nos últimos tempos. Agudizadas pelo impacto negativo da pandemia da Covid-19 e da Guerra Rússia /Ucrânia, que aumentam por sua vez a vulnerabilidade face ao mercado dos produtos de base, cujo curso e termos de troca não param de se deteriorar que, associado à insustentabilidade da dívida externa dificulta ainda mais a promoção do desenvolvimento do país *já de per si* fortemente vulnerável aos choques exógenos, dependentes da APD que financia mais de 97% das despesas de investimento;
- 7) A recomendação para a graduação de STP, que foi considerada pela primeira vez em 2015, assentou-se principalmente nos progressos alcançados no rendimento *per capita* e no IDH, considerados suficientes para satisfazer os critérios de elegibilidade, apesar do incumprimento no IVE;
- 8) A referida decisão foi adotada numa altura (período 2012-2016) em que o crescimento foi relativamente forte, com uma taxa média anual de 4,2%, apoiado nomeadamente pelo aumento do investimento direto estrangeiro, pelo lançamento de novos projetos financiados pelos doadores e pela melhoria das receitas fiscais e do turismo. No entanto, devido, em grande medida, a choques exógenos, associados aos efeitos da pandemia e ao corte constante de energia, a economia conheceu um certo abrandamento, tendo a taxa de crescimento do PIB passado de 3% em 2020 para apenas 1,8% em 2021, contrariamente às projeções do FMI que apontavam que o crescimento do PIB oscilaria entre 5% e 9%, no período de 2015-2020;
- 9) Pese embora se ter registado uma tendência a diminuição da taxa de inflação no período 2011 a 2015, a verdade é que a partir do ano de 2015 começou-se a registar uma tendência de aumento da referida taxa de forma constante, tendo passado de 5,3% em 2015 para 9,5% no final de 2021 e 24% em finais de 2022, tudo isso provocado pelo

aumento dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis, contrariando deste modo as projeções do FMI, que apontavam que esta taxa atingiria 12,1% em 2022, antes de abrandar em 2023 para 8,7%;

- 10) Com uma economia altamente vulnerável a choques exógenos, e muito dependente de ajuda externa, as autoridades são-tomenses solicitaram um período de transição prolongado de seis anos que foi concedido pela Assembleia Geral das Nações Unidas ao invés dos três anos padrão, de forma a dar ao Governo oportunidade de implementar as reformas internas necessárias e alinhar a sua estratégia de transição com o seu plano nacional de desenvolvimento, período esse que conhecerá o seu término em dezembro de 2024 com a efetiva graduação de STP à categoria de PRM;
- 11) De 2015 até a presente data, a situação económica e social do país conheceu níveis consideráveis de degradação tal como reconhece o XVIIIº Governo Constitucional no seu Programa (2022) quando diz que a observação da realidade e os dados disponíveis revelam uma degradação assustadora das condições económicas e sociais de São Tomé e Príncipe nos últimos anos, tendo agravado a pobreza extrema e a fome;
- 12) O XVIIIº Governo considera igualmente que do ponto de vista macroeconómico, os riscos são enormes para se atingir o crescimento económico que permite alcançar os mínimos que garantam oportunidades de rendimento para subsistência das famílias e a segurança alimentar. Na perspetiva dos próximos 4 anos, o objetivo do Governo visa não só conseguir donativos e créditos concessionais para mitigar estes efeitos exógenos para garantir o bem-estar das populações, como também criar espaço fiscal para implementar políticas orçamentais contra cíclicas que garantam a estabilidade macroeconómica num contexto de choque de preços de produtos com grande ponderação no cabaz de consumo das famílias são-tomenses;
- 13) As estimativas do FMI (2022) em conjunto com as autoridades nacionais apontam para a redução significativa de donativos para o financiamento de projetos de investimentos a partir de 2024. Todavia, os últimos acontecimentos na arena mundial levam as autoridades a serem mais conservadoras e realistas, assumindo no seu Programa que os donativos poderão reduzir-se já a partir de 2023;
- 14) Cinco dos países até agora graduados ainda não conseguiram alcançar os valores desejados no IVE, um indicador que traduz desafios e vulnerabilidades de extrema importância para estas economias. Em todo o caso, a graduação é uma etapa que todos

os PMA deverão mais cedo ou mais tarde almejar, tal como é reconhecido e proposto na Declaração de Istambul. Desejavelmente, serão cada vez mais os países que, extraindo lições da experiência dos que os antecederam, conseguirão reunir as condições necessárias para dar o próximo passo e graduar-se;

- 15) A graduação implica em princípio o fim da elegibilidade para os programas de acesso comercial preferencial, sem que as exportações dos países em questão beneficiem do “tratamento da Nação mais favorecida” a não ser que, como medida de transição, tenham assinado acordos bilaterais e/ou regionais com os seus parceiros comerciais. De notar que esta forma de tratamento, acordada pelos países da Organização Mundial do Comércio, estabelece que em trocas comerciais não haja discriminação entre parceiros, ou seja, as vantagens comerciais deverão ser iguais para ambas as partes (WTO, 2019);
- 16) O tratamento preferencial atribuído aos PMA pela OMC cessa normalmente com a graduação, mas existe a possibilidade de se negociar acordos especiais com os Estados-membros em áreas nas quais o recém-graduado considere não estar preparado para abdicar das medidas de apoio especiais. Assim, para beneficiarem de períodos especiais de transição ou apoio técnico após a graduação, os interessados devem requerer a extensão de tempo a todos os membros da OMC, que juntos deliberam sobre o assunto;
- 17) O quadro sombrio traçado pelo FMI (2022) sobre as perspetivas económicas de São Tomé e Príncipe, apontam que estão sujeitas a riscos de deterioração. Novas variantes da Covid-19 e futuras vagas pandémicas representam riscos para a subsistência e desafios para o crescimento e a estabilidade. As repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos” atestam de *per si* a necessidade de as autoridades ponderarem muito seriamente sobre a graduação do país em dezembro de 2024;
- 18) Os efeitos da guerra Rússia/Ucrânia e as perturbações prolongadas das cadeias de abastecimento mundiais podem levar à escassez de bens de consumo intermédio e final, ao abrandamento do crescimento e ao aumento de preços. Atrasos nas reformas das receitas poderão reduzir o espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos inferior ao previsto ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores prejudicarão as opções de financiamento;
- 19) Atrasos na reforma da EMAE e cortes prolongados de energia também poderão colocar

pressão adicional sobre o desempenho das receitas e atrasar a recuperação do crescimento (FMI, 2022). Um dos principais receios dos PMA, e que STP não pode ficar alheio ao encarar este processo, tem muito a ver com o facto de a perda dos benefícios específicos para os PMA poder ocorrer de forma súbita como resultado da saída da categoria, naturalmente com graves repercussões daí decorrentes;

- 20) O contexto internacional desfavorável acarreta desafios acrescidos que impõem ao Banco Central a necessidade de reforçar as suas intervenções, quer no que concerne à presença no centro da atividade económica, quer no que respeita à articulação entre as políticas orçamental e monetária”. Para o efeito foi aprovado um Plano Estratégico para o horizonte temporal 2021-2024 que, caso se afigure necessário deve ser rapidamente revisitado para cumprir com os desideratos acima elencados;
- 21) Das entrevistas realizadas, vários entrevistados consideram que o Banco Central tem um papel crucial enquanto entidade reguladora e deve garantir a estabilidade macroeconómica. Para alguns, o Banco Central deve dotar São Tomé e Príncipe dos estudos necessários que permitam aos governantes tomarem decisões assertivas e sustentáveis; ter um Banco Central sem qualquer pendor político partidário uma vez que esta prática só contribui para retirar o verdadeiro peso da Instituição;
- 22) Relativamente aos pilares em que se assenta o plano estratégico do Banco Central, a maioria dos entrevistados considera que se trata de pilares muito relevantes para que o Banco Central possa desempenhar o papel que lhe compete no âmbito dos desafios e oportunidades que se colocam à STP no processo de graduação da categoria dos PMA;
- 23) A experiência de Cabo Verde nos ensina que um país que se preze e aspira ser um país de rendimento médio tem que ter uma base de tributação que lhe permita investir na saúde, na educação nos transportes e nas infraestruturas. Não pode ser um país que financia o seu orçamento com base apenas na ajuda pública como é o caso de STP;
- 24) Pese embora a existência da categoria dos PMA datar de 1971, até 2018, apenas 5 países africanos tinham saído da lista dos PMA nomeadamente: o Botswana em 1994, Cabo Verde em 2007, as Maldivas em 2011, Samoa em 2014 e, mais recentemente em 2017, a Guiné Equatorial tendo passado para a lista de Países de Rendimento Médio.
- 25) Os critérios definidos para o processo de graduação dos cinco países citados foram baseados em três principais indicadores nomeadamente o RNB *per capita*, o IDH e o IVE. Os valores de referência em questão constituem um mínimo de 66 pontos no IDH,

um máximo de 32 pontos o IVE e um RNB *per capita* igual ou superior a US\$1230. Para começar o processo de graduação, a primeira etapa consiste em alcançar os valores de referência em pelo menos dois dos três critérios da categoria.

- 26) Olhando para os anos de graduação dos cinco países já graduados, facilmente se constata que esses países se graduaram em momentos diferentes, cada um deles com características bem distintas quer ao nível económico e político, quer ao nível geográfico e populacional, e também com algumas particularidades em relação aos recursos naturais existentes no seu território;
- 27) Os cinco países já graduados foram divididos em dois subgrupos segundo a trajetória que seguiram para alcançar a graduação. O primeiro corresponde à graduação por via do reforço da economia e consolidação do capital humano. Esta trajetória foi seguida pelo Botswana, Cabo Verde, Maldivas e Samoa, países que se graduaram em virtude de terem atingido os valores necessários nos critérios do RNB *per capita* e do IDH. Nestes casos, os progressos em direção à graduação foram, em grande parte, o resultado de ações deliberadas e concretas adotadas pelos governos com vista a estabelecer as bases para o fortalecimento da capacidade produtiva e estrutural do país;
- 28) O segundo subgrupo, corresponde por sua vez, à graduação na sequência do cumprimento exclusivo do critério do RNB *per capita*, alcançado por via do rápido crescimento económico através da exploração de recursos naturais. A Guiné Equatorial foi o primeiro, e até ao momento o único país a graduar-se segundo este critério, apesar de não alcançar os valores desejados no IDH mas ter alcançado no ano da graduação os valores necessários para o IVE;
- 29) De acordo com o CPD (2017b) os níveis de desenvolvimento social e de diversificação económica da Guiné Equatorial não são compatíveis com o seu elevado nível de rendimento per capita, o que pode criar dificuldades substanciais no que diz respeito às suas perspetivas futuras de crescimento e desenvolvimento sustentável, salientando que este é um tipo de trajetória de desenvolvimento que necessita de muita cautela por parte dos países, uma vez que o crescimento é baseado num setor imprevisível e volátil, pelo que o processo de graduação, se não se fizer acompanhar por um adequado investimento na diversificação económica e no capital humano, pode pôr em causa o processo de desenvolvimento no período pós-graduação.

RECOMENDAÇÕES.

Face as constatações chegadas, muitas delas em jeito de conclusões, recomenda-se o seguinte:

Reconhecendo-se infelizmente que os seis anos concedidos pela Assembleia Geral da ONU à São Tomé e Príncipe não se traduziram em nenhuma ação concreta e eficaz por parte das autoridades na preparação adequada da almejada transição suave, o que compromete seriamente o processo de graduação do país e toda a cadeia de benefícios dela decorrentes, tendo impossibilitado que algumas medidas de apoio especiais destinadas aos PMA que pudessem ter beneficiado o país estejam a ser gradualmente perdidas e com implicações graves para a economia;

- 1) Recomenda-se, como sendo de vital importância, o redesenhar de uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta todas as possíveis perdas de modo a se evitar choques abruptos na economia, reputando-se por isso de cruciais a monitorização por parte do CPD e os estudos feitos previamente, como é o caso do Perfil de Vulnerabilidade e da Avaliação Ex-ante;
- 2) Perante um cenário deveras sombrio plasmado no programa do XVIIIº Governo Constitucional, quando escassos meses nos separam do ano de 2024, ano para a efetivação da graduação de STP ao PRM, com todas as consequências que podem dela advir, será de todo mais prudente e recomendável, que o Governo deva encetar diligências e constituir lobbys com vista a se iniciar, sem delongas, junto a ONU, um consistente e fundamentado processo de solicitação da prorrogação por mais um período mínimo de transição de três anos ou seja até 2027, de modo a permitir desta feita que as autoridades possam criar as melhores e necessárias condições com vista a sua efetiva graduação, pelo facto de não se ter preparado o país e as suas instituições para um tal processo;
- 3) Tratando-se de um processo de graduação de STP, cuja probabilidade de extensão para pelo menos mais três anos recomenda-se, a referida estratégia deve ser desenhada e elaborada com a maior brevidade possível, por forma a se poder resgatar o tempo perdido e preparar assertivamente a saída da categoria. Este redesenhar da estratégia de transição suave, vai permitir ao país beneficiar da possibilidade de estabelecer um mecanismo consultivo capaz de ajudar tanto na preparação como nas negociações com os parceiros de desenvolvimento, capitaneadas pela ONU;
- 4) Paralelamente ao processo de solicitação da extensão do período de transição, recomenda-se que seja criada, com a maior brevidade possível pelas autoridades, uma comissão

multissetorial e pluridisciplinar liderada tecnicamente pelo Banco Central de STP que assegurará igualmente o seu secretariado e composta por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças e Economia Azul, Ministério da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos, MIRNA, de entre outros, com a incumbência de criar todas as condições necessárias para se dar início à elaboração da estratégia de transição suave rumo a graduação;

- 5) A referida comissão que poderá doravante denominar-se Comissão para a Elaboração da Estratégia de Transição Suave para a Graduação de STP (CETRANSG/STP), deverá submeter ao Governo, no prazo máximo de noventa dias a contar da data da sua entrada em funções, uma agenda prioritária, com objetivos e metas muito concretas e exequíveis desdobradas num cronograma de ações realistas para o período de transição de modo a se iniciar efetivamente de forma organizada os preparativos rumo a graduação para que a mesma ocorra de forma gradual e sem perda de quaisquer benefícios;
- 6) A CETRANSG/STP para além de contar nesta empreitada com o apoio dos parceiros de desenvolvimento poderá contar com o apoio da ONU para estabelecer um mecanismo consultivo capaz de ajudar tanto na preparação como nas negociações com os parceiros de desenvolvimento, e conseqüentemente auxiliar e cooperar com o país ao longo de todo o processo, proporcionando-lhe a oportunidade para submeter à organização relatórios anuais sobre o seu progresso;
- 7) Um dos grandes receios do processo de graduação prende-se com a perda da APD, sobretudo na sua vertente donativos após a graduação. Sendo que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, tem uma elevada importância estratégica para o caso concreto de STP que não se pode menosprezar, a redução na sua alocação após a perda do estatuto de PMA pode ser significativa, por isso recomenda-se que a CETRANSG/STP tome em consideração essas particularidades e especificidades na elaboração da estratégia suave de transição.
- 8) A preparação para o processo de graduação deve igualmente incluir a consideração cuidadosa dos fatores que influenciam e constroem a trajetória de desenvolvimento de cada país, para o efeito é aconselhável que todos os fatores devam ser muito bem vistos e estudados, mas relativamente ao setor comercial, a perda de benefícios destes e as oscilações entre mercados deve ter uma atenção especial, tendo em conta que as negociações bilaterais para a extensão de prazos antes da perda de benefícios, sobretudo no setor do comércio, são muito importantes e devem ser planeadas com antecedência, para que produzam os resultados desejados;

- 9) O Banco Central deve dotar o país de estudos necessários que permitam aos governantes poderem acompanhar todo o processo de graduação e tomarem decisões assertivas e sustentáveis sem qualquer pendor político partidário uma vez que esta prática só contribui para retirar o verdadeiro peso e papel da Instituição, tal como sublinharam vários entrevistados;
- 10) O Banco Central deve igualmente desempenhar um papel cimeiro em todo o processo de desenvolvimento do País, no que toca ao controlo da taxa de juro, evitando a sua subida descontrolada o que refletirá muito severamente na subida da inflação;
- 11) O Banco Central deve ter maior intervenção e controlo das instituições financeiras para evitar o colapso dos Bancos comerciais como foi o caso do Banco Privado, Banco Equador, Energy Bank entre outros, mencionados pelos entrevistados. Deve de igual modo continuar a manter a paridade cambial em vigor em relação ao Euro, pois esse sistema tem dado uma valiosa contribuição a estabilidade cambial e ao sistema financeiro do País.

• Limites da Investigação

Nesta investigação fomos confrontados com algumas limitações, próprias de um trabalho desta natureza, que se prendem com a complexidade do tema. De facto, tratando-se de um processo ainda muito recente, não conseguimos descortinar muitas referências bibliográficas que abordassem com profundidade a temática sobre o processo de graduação, o que tornou bastante difícil compilar dados e informações sobre este tema.

As informações ou os dados disponíveis, nomeadamente estatísticos e estudos, sobre a graduação, para além de escassos são pouco fiáveis. Houve alguns constrangimentos no processo de recolha de dados, sobretudo os relativos a economia de STP, com particular realce sobre a situação económica e social mais recente, devido à pouca disponibilidade dos mesmos.

Ainda assim, ao longo de toda a pesquisa houve uma permanente preocupação em adaptar as estratégias metodológicas, adequando-as aos contextos e circunstâncias, de forma a não comprometer o nosso trabalho. Apesar destas e de outras dificuldades encontradas durante a investigação, esperamos ter proporcionado uma reflexão à altura dos desafios sobre o tema abordado, fornecendo elementos passíveis de ajudar a enriquecer os conhecimentos sobre esta temática dando deste modo o nosso modesto contributo para uma maior reflexão sobre o processo de graduação nos Estados Insulares, com particular realce para o caso de STP.

- **Pistas para trabalhos futuros.**

Não tendo sido nossa pretensão esgotar um tema tão complexo como este sugerimos que se continue a aprofundar a investigação sobre esta matéria com vista a se poder avaliar o verdadeiro impacto da ajuda pública ao desenvolvimento no processo de graduação de STP tendo em conta as suas particularidades e especificidades.

Obs: As referências bibliográficas encontram-se no estudo realizado.